

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT18.014

SAÚDE MENTAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O ADOECIMENTO PSÍQUICO DE PROFESSORES

GEOVANE DOS SANTOS DA ROCHA

Doutorando em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, geovanesdarocha@outlook.com;

NANDRA MARTINS SOARES

Doutoranda em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, nandrasoares@yahoo.com.br;

ELISABETH ROSSETTO

Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, erossetto2013@gmail.com.

RESUMO

A escola compõe o lugar onde se criam condições para que o ser humano se aproprie dos conhecimentos científicos elaborados ao longo da história e, através disso, possa desenvolver as características próprias da espécie humana, chamadas de funções psicológicas superiores. O professor é o agente que exerce o papel principal nesse percurso, uma vez que ele executa o processo mediador do conhecimento. Contudo, no decorrer de sua atuação profissional depara-se com diversos fenômenos que compõem as relações humanas e dificultam o desenvolvimento do seu trabalho. Esses fatores afetam não só o processo educativo como também a própria saúde mental docente. Com base nisso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de adoecimento psíquico de professores a partir das especificidades de seu trabalho, e para isso, foi desenvolvida uma pesquisa teórica, de cunho qualitativo. Os resultados demonstraram que as condições negativas com as quais os professores lidam ao exercerem suas atividades profissionais têm causado efeitos adversos em suas personalidades. Tais condições estão relacionadas a fatores psicológicos, sociais, econômicos, pessoais, de formação acadêmica e, em destaque, de desvalorização profissional e precarização

do trabalho. Compreende-se que refletir a respeito do adoecimento docente como um produto dos fatores socioculturais e não meramente como um fator individual é necessário para fomentar políticas públicas a favor da transformação da atividade do professor num viés mais crítico e humano da realidade que o compõe.

Palavras-chave: Saúde mental, Trabalho, Docência.

INTRODUÇÃO

A escola caracteriza-se como o principal local que disponibiliza as condições necessárias para que o ser humano possa desenvolver-se. Por meio da convivência com adultos e com pares de idade semelhante, a criança apropria-se dos conhecimentos que a humanidade produziu ao longo dos anos, o que avança o seu desenvolvimento e garante possibilidades para todos participarem da dinâmica social como agentes de transformação da sociedade. O professor possui, neste sentido, um papel primordial: é de sua responsabilidade determinar como os conteúdos serão abordados, de modo a possibilitar a apropriação do conhecimento pelos alunos. Isso envolve a superação das relações imediatas e fragmentadas do dia a dia e a subsequente formação da consciência crítica dos estudantes, a partir do emprego de métodos com uma finalidade específica, bem como técnicas para a aquisição dos conteúdos pedagógicos.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o processo de ensino e aprendizagem ocupa uma posição de extrema importância. Através dele ocorre a transmissão e a assimilação da cultura, a qual, por sua vez, possibilita a aquisição das qualidades, capacidades e características intrínsecas ao ser humano. As atividades realizadas na escola oportunizam a apropriação das experiências produzidas e acumuladas ao longo da história, o que fomenta a contínua criação de novas aptidões e das funções psíquicas superiores (Meira, 2000).

Contudo, não se pode pensar que a função do professor ocorre sem entraves, sem obstáculos que dificultam e/ou impossibilitam sua atuação. São muitos os fatores que repercutem no sistema educacional, afetando não só o processo educativo como também a própria saúde mental de professores. Esteve (1999), um dos principais estudiosos do mal-estar docente, descreve que as condições negativas com as quais os professores lidam ao exercerem suas atividades profissionais têm causado efeitos adversos em suas personalidades. Tais condições estão relacionadas a fatores psicológicos, sociais, políticos, pessoais, de formação acadêmica e de desvalorização profissional.

Com base nisso, surge o seguinte questionamento: qual a relação entre a prática profissional de professores e sua saúde mental? Essa indagação é feita devido à importância da condução de pesquisas que examinem os fenômenos que afetam as atividades dos professores, dado o seu significativo papel social de mediadores no processo de aprendizado. Assim sendo, a presente pesquisa tem como objetivo

analisar o processo de adoecimento psíquico de professores a partir das especificidades de seu trabalho, e para isso, foi desenvolvida uma pesquisa teórica, de cunho qualitativo.

METODOLOGIA

O presente estudo utilizou uma abordagem de pesquisa teórica em seus procedimentos e encaminhamentos, baseando-se na análise e interpretação de dados coletados por meio de livros e artigos científicos. Conforme destacado por Marconi e Lakatos (2021), uma pesquisa teórica engloba a revisão de publicações como livros, capítulos de livros, artigos, dissertações, teses, entre outros, que abordam a temática em discussão, permitindo reflexões e contribuições significativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atuais abordagens sobre saúde e doença abrangem a temática a partir de uma análise dos fatores sociais, culturais e históricos que estão intrinsicamente relacionados a ela. De acordo com a definição de Almeida Filho, Coelho e Peres (1999, p. 123), saúde “[...] implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, equidade, enfim, qualidade de vida”. Nesse sentido, diversos elementos entram em jogo quando se considera o estado de saúde e/ou doença do indivíduo. Conseqüentemente, os conceitos de saúde e doença são vistos como partes de um processo contínuo e complexo, moldado por uma variedade de influências que alteram constantemente o seu estado.

Na contemporaneidade, observa-se a predominância de uma perspectiva que tende a biologizar os indivíduos e suas questões, transformando o que é historicamente construído e resultado de relações sociais (o sofrimento psíquico) em algo que parece espontâneo, natural e biológico. Entretanto, essa visão é insuficiente para explicar o adoecimento típico da sociedade atual. A abordagem biomédica, quando aplicada de forma isolada, coloca a responsabilidade pelos problemas de saúde mental nos próprios indivíduos e confia o tratamento principalmente em recursos individuais, frequentemente medicamentoso, para a recuperação da saúde mental. Essa abordagem diverge de perspectivas críticas sobre o estado de saúde mental da população.

O sofrimento, por ele mesmo, não muda as pessoas, não torna ninguém melhor nem pior. Tudo depende do que fazemos com o sofrimento e, portanto, a começar por como ele é produzido e interpretado. [...] Cada cultura, cada época, cada família, tem uma maneira própria de lidar e de reconhecer qual sofrimento merece atenção e cuidado e qual deve ser “engolido” como parte da vida ou aceitação das tarefas incontornáveis da existência (Dunker, 2020, p. 74, grifos nossos).

De acordo com Nobre e Sousa (2020), o trabalho adquiriu novas conotações e significados na era contemporânea, a maioria dos quais está vinculada ao capital. Mesmo o trabalho docente, que está no domínio do trabalho intelectual, não escapa da alienação, pelo contrário, sofre com esse fenômeno em várias manifestações. Muitas delas estão relacionadas à perda de significado nas práticas profissionais, ou seja, quando as atividades do trabalho docente consistem em tarefas repetitivas, rotineiras e desprovidas de valor. O contexto da docência está cada vez mais permeado por burocracias, muitas vezes desvinculadas do propósito real da educação.

“[...] alienar é transferir para outro aquilo que é seu, ou transferir sua propriedade a outrem, e alienado que é o sujeito da ação, é o indivíduo que está sob condição de alienação, ou o que transfere algo que é seu para o outro” (Nobre; Sousa, 2020, p. 61036). Em situações de alienação, o trabalho deixa de ser a atividade central do ser humano, aquela que possibilita o seu desenvolvimento, e passa a ser algo estranho, algo que não guarda relação com a essência do ser, suas intenções e características intrínsecas. Portanto, quando o trabalho docente se afasta do propósito fundamental de transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade e de promover o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pode estar ocorrendo práticas alienantes.

O trabalho torna-se algo externo e estranho à personalidade do indivíduo quando, na realidade, deveria a atividade centrar-se em termos do processo de objetivação da personalidade do indivíduo. Sem a possibilidade dessa objetivação, a personalidade fica restrita, limitada em seu desenvolvimento. Igualmente o indivíduo não tem na atividade de trabalho, com raras exceções, algo que o impulse a se apropriar de conhecimentos, habilidades e valores que o enriqueçam como ser humano (Newton, 2004, p. 59).

No âmbito acadêmico, isso pode ser percebido na visualização do trabalho focado no desempenho e em resultados, com a intensificação das horas de ensino,

pesquisa e extensão. São, como se pode perceber, formas de exploratórias do trabalho humano para obtenção da mais-valia (Forattini e Lucena, 2015).

Os professores estranhados em sua própria condição de trabalho acabam por atuar em ambientes acadêmicos movidos por relações precárias entre seus pares assentadas em uma espécie de desertificação das próprias relações sociais. Essas formas de estranhamento acabam por envolvê-los nas teias da individualização máxima, *entendo a sua própria condição de sofrimento como natural e não social* (Forattini; Lucena, 2015, p. 45, grifos nossos).

Como em qualquer profissão, para que a classe docente possa fomentar o desenvolvimento emocional, pedagógico e relacional dos alunos, fazem-se necessários recursos. É evidente que um profissional – por mais qualificado que seja – não conseguirá exercer sua função da mesma maneira do que quando dispendo de condições apropriadas. Para além, os próprios estudantes presenciam a falta de recursos, seja através da alimentação (produtos contraindicados, de má qualidade, ou ainda a inexistência de refeições), das condições estruturais das instituições (estado das instalações, iluminação, conservação, existência de espaços de lazer etc.) ou ainda de materiais didáticos (falta de livros, bibliotecas, carteiras adequadas etc.).

O estudo realizado por Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019) revelou que os professores identificam como os fatores mais estressantes as condições estruturais das escolas e a valorização profissional na área docente. Entre os aspectos negativos apontados pela classe, o nível salarial despertou insatisfação em 85,7% dos casos; os materiais fornecidos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas receberam reprovação de 59,2%; e o estado das salas de aula em termos de acústica, iluminação e climatização foi desaprovado por 51,9%. “[...] notamos que os aspectos que têm deixado os professores mais angustiados referem-se aos fatores estruturais do serviço (salário, salas e materiais) [...]” (p. 18).

Outro elemento importante de ser destacado, o qual é descrito por Esteve (1999), diz respeito a dois fatores, de primeira e de segunda ordem, os quais interferem na função docente. Os fatores de primeira ordem abarcam todas as ações e atividades do professor em sala de aula que seguem um parâmetro intencional pré-estabelecido por ele. Mudanças no desempenho do ofício, neste sentido, tendem a ocasionar tensão e emoções negativas. Já os fatores de segunda ordem estão

diretamente relacionados ao contexto com que a docência está sendo exercida, isto é, às condições objetivas a que está submetida.

Esteve (1999) destaca que os fatores de segunda ordem afetam a motivação do professor para o exercício da docência. Podemos também salientar outras tarefas que são exigidas a docentes e que se relacionam ao estado de saúde do professor, tal como: ser um pedagogo eficaz, que trabalhe em grupo, organize o processo de ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, de sua integração social e de sua educação sexual – isso sem haver fornecimento de formação adequada a ele, em muitas das ocasiões.

Tornou-se comum a existência de níveis elevados de nervosismo, ansiedade e angústia no decorrer do ano letivo, ocasionando tensões acumuladas e não trabalhadas. Yaegashi, Benevides-Pereira e Alves (2013) realizaram um estudo da atividade de docência e o desenvolvimento da Síndrome de Burnout – quadro psicopatológico de exaustão emocional – com a aplicação de instrumentos avaliativos com 499 professores do estado do Paraná. Os resultados obtidos no estudo demonstraram que ensinar é uma atividade estressante, tendo visíveis repercussões na saúde física e mental de professores, o que, como consequência, incide no seu desempenho profissional. Os causadores de estresse são dos mais diversos, como falta de reconhecimento profissional, falta de respeito dos alunos, remuneração inadequada, sobrecarga de trabalho, dificuldades na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula e conflito de papéis.

[...] os efeitos desses processos (principalmente do *burnout*) interferem negativamente tanto em nível individual (físico, mental, profissional, social) como profissional (atendimento negligente, lentidão, contato impessoal, cinismo, dificuldade no relacionamento com os alunos) e organizacional (conflitos com os demais membros da equipe, rotatividade, absenteísmo, diminuição da qualidade dos serviços) (Yaegashi; Benevides-Pereira; Alves, 2013, p. 196).

Freitas (2006) também discute o processo de adoecimento de professores no ambiente de trabalho. Um aspecto importante de ser considerado, o qual é evidenciado pela autora, trata-se do envolvimento afetivo. Para conduzir o processo pedagógico, independentemente da perspectiva educacional, faz-se necessário que o professor estabeleça vínculos com seus alunos, pois, sem ele, o desempenho discente pode ser insuficiente para a efetivação da aprendizagem. Quando as estratégias de ensino não fornecem as condições necessárias ao desenvolvimento

dos alunos, havendo reprovação, desinteresse ou indisciplina, vê-se comumente a apresentação de mal-estares pelos docentes – com cansaço e perda de interesse em continuar na profissão.

A autora citada acima (2006), coloca em questão os fatores trazidos pela docência em ambiente virtual. Para a autora, em comparação com o trabalho no ensino presencial, o ensino no contexto virtual intensifica as demandas em razão de aspectos diferenciais específicos dessa metodologia de ensino, tal como manuseio de novas tecnologias para o trabalho pedagógico, intensa comunicação escrita que ocorre nesse ambiente, permanente controle da participação dos alunos e trabalho por demanda (com o desenvolvimento de macetes que deem conta das muitas situações que podem ocorrer). “O sofrimento advém do esgotamento emocional, do desgaste e frustração e do estresse. O esgotamento emocional se origina da auto-exigência em se fazer presente junto aos alunos [...]” (p. 201).

Esteve (1999) aponta que os principais mecanismos de combate dos professores aos mal-estares sentidos por eles efetivam-se por procedimentos de absenteísmo e pedidos de transferência de local de trabalho. O próprio rótulo de “estar doente” é usado para o afastamento temporário da sala de aula, até o momento em que os sintomas tornem-se verdadeiras psicopatologias, como das neuroses e das depressões. De acordo com Forattini e Lucena (2015), os discursos existentes socialmente sobre a importância do bem-estar físico e mental de professores, com incentivos a atividades físicas e momentos de descanso, contribuem para a falsa consciência de uma sociedade participativa. Ao contrário, o mercado globalizado fomenta a existência de um homem genérico e eficaz, sem tempo para si mesmo.

É importante ressaltar que tais condições de trabalho não são concernentes a apenas um nível de ensino, mas estão presentes desde o ensino fundamental até a pós graduação. Conforme Pinto *et al.* (2018), o processo de subjetivação da educação está moldado pela influência da mercantilização e do modelo gerencialista no âmbito das políticas públicas e educacionais. Segundo esses autores, o modelo gerencialista é caracterizado como um paradigma de gestão que adota uma abordagem permeada por uma lógica econômica, estendendo-a a todas as esferas da atividade humana. De acordo com Ball (2005), o gerencialismo se concretiza por meio de políticas que priorizam a competitividade e o individualismo, contribuindo assim para a promoção de uma cultura orientada para o desempenho e performance.

Nesse segmento é possível compreender que a mercantilização da educação não é algo isolado, atravessa os muros em todos os níveis, tornando-se um modelo social de gestão, através do qual se origina o valor ou a mercadoria, pela expropriação e alienação da força de trabalho. Desse modo, e considerando o trabalho como categoria central de análise para o desenvolvimento humano, Duarte (2012, p. 54) afirma, por um lado, que o trabalho educativo é uma produção direta e intencional “entre educador e educando” e, por outro, que “o resultado direto do trabalho educativo deve ser a humanização do indivíduo”. O trabalho docente pode ser entendido como uma dimensão concreta a qual vem ocorrendo inseparavelmente do modo de produção capitalista, e é notório que a conjuntura produtivista marcou as últimas décadas, ocasionando transformações no modo de organização deste trabalho, motivado pela busca da “produtividade”. Tais modificações resultam na intensificação e ampliação das cobranças das atividades laborais, podendo acarretar em inúmeras consequências na saúde dos professores por meio da dicotomia “sofrimento/prazer”, relações podem ser classificadas como “benéficas ou prejudiciais” para a saúde mental docente (Pinto, 2018).

A realização profissional relacionada ao orgulho, identificação e gratificação pessoal com as atividades docentes são fatores considerados de prazer pelos docentes, entretanto as condições de trabalho precárias e insuficientes e o esgotamento profissional são “críticos”, o que denota indicadores de desgaste à saúde mental (Tundis; Monteiro, 2018).

Em algumas pesquisas com docentes do ensino superior, fica evidente essa forma de trabalho alienado. Conforme relatos de Leite (2017), as transformações no ambiente de trabalho dos professores têm um impacto significativo na saúde, uma vez que todos sentem que suas cargas de trabalho aumentaram consideravelmente. O cenário mais comum é a falta de tempo para descansar nos finais de semana, feriados e até mesmo durante as férias, o que resulta em distanciamento de familiares e amigos. Aqueles que estão envolvidos em programas de pós-graduação mencionam que a competição e o isolamento (individualismo) são os principais fatores de estresse. Quanto à saúde, os relatos indicam problemas como insônia, fadiga crônica, enxaquecas e, em alguns casos, até mesmo o surgimento de distúrbios neurológicos, como lapsos de memória e dificuldade na expressão verbal.

De acordo com Leite (2017), as consequências das novas dinâmicas do trabalho são severas e vão desde o aumento do consumo de medicamentos ansiolíticos até casos extremos de suicídio. Isso ocorre devido à nova estrutura adotada pelas

universidades, que se destaca por um modelo gerencial, produtivista e orientado para o cumprimento de metas, o que resulta em uma relação econômico-temporal extremamente desafiadora para os profissionais.

Em um estudo conduzido por Prata-Ferreira e Vasques-Menezes (2021), foi identificado que a atividade docente na universidade se divide em duas dimensões: a própria tarefa de ensinar e os conflitos e angústias enfrentados pelos professores. Isso acontece porque os professores universitários percebem seu trabalho como algo fascinante, repleto de privilégios e com a oportunidade de analisar e aprofundar a compreensão da realidade. No entanto, também mostraram sinais de desgaste, sentimentos de angústia, sofrimento e deterioração da saúde devido às condições de trabalho desafiadoras, que podem envolver fatores ambientais, burocráticos ou questões pessoais.

Outro aspecto abordado pela pesquisa que contribui para o conflito interno dos professores é o tempo exigido para a realização de seu trabalho intelectual. Isso envolve a necessidade de cumprir requisitos acadêmicos, como a obtenção de mestrado, doutorado e, se possível, pós-doutorados adicionais. Além disso, a constante dedicação a leituras e atualizações, embora não oficialmente incluídas em sua carga horária, consome uma parte significativa de seu tempo, muitas vezes em detrimento de outras atividades. Isso demonstra o modelo gerencialista, que enfatiza a produção em massa e a produtividade, o que resulta no esvaziamento de significado do trabalho docente e na sua mercantilização.

Sena e Lima (2021) destacam que as relações interpessoais e as exigências acadêmicas podem submeter os docentes ao sofrimento mental, além de fatores como baixos salários, carga de trabalho exaustiva; turmas numerosas e pressão por produtividade são desencadeantes de desgaste físico e psicológico. Nessa lógica, a organização do trabalho na qual os docentes estão inseridos é fortemente influenciada pelo modelo neoliberal, pois demandas como: polivalência, multifuncionalidade, intensificação dos ritmos de trabalho e sobrecarga laboral, faz com que os docentes sintam cansaço, esgotamento físico e mental, além de se sentirem desconectados da real atuação docentes, de "ensinar".

Nesse sentido Souza, *et. al.* (2017) propuseram analisar a nova organização do trabalho dos professores universitários, estabelecendo uma relação com o panorama de saúde. Foi constatado que a atual organização do trabalho nas universidades interferem na saúde dos professores, cujos os sintomas de maior prevalência foram: cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração,

nervosismo, angústia, e insônia, configurando uma exaustão emocional nos docentes. Quanto aos aspectos do trabalho, destacaram-se a grande exigência para o desempenho nas funções, insatisfações quanto à remuneração, jornada e ritmo de trabalho e problemas de relacionamentos pessoais, mediados pela competitividade. Para, além disso, algumas condições de saúde foram relacionadas ao contexto docente, como depressão ou manifestações isoladas de ansiedade, distúrbios do sono, mudanças do humor e do comportamento, até a síndrome de Burnout, entre outros.

O desgaste nas expectativas de produção do docente é um fator de risco importante para o adoecimento psíquico, visto que precisam dividir seu tempo entre ensino, pesquisa e extensão, o que acarreta em uma carga horária extensa. Ou seja, as condições e a sobrecarga de trabalho, a necessidade de produtividade, e as dificuldades frente às relações interpessoais são aspectos que no processo de trabalho influenciam de maneira negativa na subjetividade dos docentes (Alves; Santos, 2021).

Frequentemente, esses elementos estão presentes na formação da personalidade do professor, e ele nem sempre está ciente das razões que o levam a interagir com o mundo exterior. Essa desconexão entre o sentido e o significado contribui para o processo de adoecimento psicológico (Facci, *et. al.*, 2017). Nesse sentido, muitos estudos demonstram a prevalência global de transtornos mentais comuns na área docente, com taxas significativas entre professores submetidos à alta exigência, com muitas horas dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, pressão por publicação; desgaste na relação com os alunos; condição inadequada da sala de aula, etc., são condições que favorecem a insatisfação em trabalhar na instituição e enaltece o desejo de abandoná-la (Campos; Vêras; Araújo, 2020).

À medida que o trabalho é visto como uma mercadoria, a própria força de trabalho se torna cada vez mais exaurida. Isso resulta em uma alienação em relação a essa atividade, o que, por sua vez, tem impactos diretos na desintegração do bem-estar psicológico, manifestada pela desumanização e pela perda de significado em relação à sua realidade. E deste modo surgem os transtornos psicológicos, e entre esses, a Síndrome de **Burnout** aparece em destaque, a qual influencia no estado pessoal e nos contextos de vida, potencializando-os negativamente, pois há com frequência relatos de intensificação de quadros de depressão e transtornos de ansiedade devido às situações estressantes vividas no cenário profissional. Assim

as demandas laborais, vulnerabilidade, influência do ambiente, e aspectos organizacionais são os principais elementos de estresse no cenário profissional (Ferreira; Pezuk, 2021).

Diante destas circunstâncias, uma das alternativas utilizadas pelos docentes para enfrentar o dia a dia desgastante, é a medicalização, como forma de regular as emoções para que atendam às exigências de produtividade. Os professores estão imersos em um ambiente no qual a ênfase recai sobre a aplicação da racionalidade, enquanto as emoções são relegadas a um papel secundário ou até mesmo ignoradas. Isso leva à necessidade de suprimir as respostas emocionais, sufocar as angústias e permitir que apenas a busca pelo “academicismo” oriente suas atividades. Nesse contexto, a medicalização é vista como um mecanismo para controlar abertamente o desconforto emocional, pois além da precarização das condições materiais e simbólicas do trabalho docente, há também a precarização do bem-estar emocional e psicológico (Silva; Oliveira; Carvalho, 2020).

A medicalização, especialmente a medicalização na infância, é um problema de largas proporções muito grave no Brasil, e que exprime de certa maneira a tendência a uma certa terceirização da educação, particularmente nas classes médias. O excesso de diagnósticos indiscutidos, as narrativas que reduzem sintomas psicológicos a perturbações neurológicas exprimem apenas uma tentativa de monopólio sobre como o sofrimento deve ser reconhecido. Isso mostrou-se inviável terapêuticamente, indesejável eticamente e pouco produtivo para os objetivos educacionais. Ocorre que essa é uma estratégia barata, que ganha endosso em uma série de estratégias de tratamento do sofrimento pela adição de substâncias ou pela introdução ou retirada de certas experiências, como se o sofrimento fosse apenas um estado subjetivo de desconforto. Este não é absolutamente o caso (Dunker, 2020, p. 91-92).

Com a crescente inclinação para a biologização na abordagem da psiquiatria convencional, o sofrimento psíquico é frequentemente simplificado como um déficit puramente biológico, separado do contexto social. Nesse cenário, o desequilíbrio é percebido como um problema que pode ser corrigido objetivamente, reduzindo a doença a uma dimensão puramente orgânica faz com que ela deixe de ser considerada como um fenômeno social, e, conseqüentemente, torna-se um meio de encobrir as influências sociais e políticas sobre os aspectos psicológicos (Neves *et al.*, 2020).

Esse reducionismo não considera a complexidade da experiência humana, e os elementos ligados à subjetividade e às vivências estão gradualmente sendo transformados em queixas que resultam na categorização de supostos “transtornos mentais” ancorados no individual e na prescrição de psicofármacos (Ferraza, 2013).

Na atualidade, é notável que as pessoas se percebem cada vez menos saudáveis. Sensações como tristeza aparentemente inexplicável, dificuldade de concentração, desinteresse nas atividades cotidianas e evitação de interações sociais frequentemente são interpretadas como indicativos de sofrimento e, em muitos casos, são enquadradas nos critérios de diagnóstico de algum transtorno mental. A busca por rotular esses sentimentos e comportamentos como patológicos está enraizada na esperança de encontrar soluções rápidas e mediáticas para o desconforto emocional e o mal-estar que as pessoas experienciam. Além disso, essa tendência visa criar um mercado de “pacientes-consumidores”, o que beneficia a indústria farmacêutica em busca de lucro e expansão.

Nesse viés, é necessário ampliar o olhar em relação a esse devasso cenário que também está presente no campo da educação. Uma vez que, há professores doentes, afastados das suas atividades laborais e medicados, além de fortalecer a indústria farmacêutica, e o adoecimento se tornar um produto comercial de grande valor, não consideram-se outros aspectos, como os sociais, históricos, ambientais, e políticos como preponderantes no adoecimento dos docentes, e a causa unilateral e de responsabilização do sujeito prevalecem como fatores únicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adoecimento docente necessita ser pensado para além de seus componentes individuais, colocando, no centro das análises, as condições sociais de seu surgimento e manutenção. Concorde-se com Marino Filho (2020) sobre a necessidade das discussões do sofrimento psíquico não se basearem na responsabilização individual do sujeito que sofre, neste caso, o professor. Em uma condição como essa, buscar-se-ia a solução da problemática apresentada na medicalização dos sintomas, bem como no afastamento, readaptação, exoneração e exclusão no trabalho. Cabe lembrar que, nas atuais políticas públicas educacionais, tanto federais como estaduais, há uma tendência em culpabilizar o professor pelo fracasso escolar e pelo seu próprio adoecimento psíquico.

Pelo contrário, acredita-se, assim como postulado por Marino Filho (2020) no que tange à compreensão do sofrimento psíquico como um ato político e social contra os fenômenos de exploração do ser humano – em específico aqui ao público docente, porém não se limitando a esse. Esse pensamento se alia às compreensões teóricas críticas e humanizadoras dos processos de adoecimento. O entendimento do sofrimento como um produto dos fatores socioculturais é necessário para o fomento de lutas e políticas em favor da transformação da atividade do docente – de volta à sua função primordial, de desenvolvimento das funções psicológicas superiores por meio da aprendizagem. Portanto, é de extrema importância adotar uma abordagem personalizada e holística, que leve em consideração tanto o contexto evolutivo quanto o desenvolvimento individual do ser humano. Essa abordagem deve ser abrangente e inclusiva, reconhecendo os diversos fatores que influenciam a saúde mental e o adoecimento psíquico.

É essencial considerar terapias que vão além do tratamento medicamentoso, reconhecendo que a medicação não deve ser a única abordagem para ajudar o sujeito a recuperar o controle sobre suas emoções. Também é fundamental adotar práticas que abordem todas as condições que contribuem para o surgimento da doença, sem limitar-se exclusivamente ao indivíduo afetado. Dessa forma, ao compreender os elementos que compõem o quadro das doenças mentais, é viável desenvolver estratégias mais eficazes para manejo e prevenção, para além das simples abordagens medicamentosas. Essas estratégias podem ser aplicadas tanto em um contexto coletivo, quanto individual, e ao fazer isso, pode-se buscar passar as manifestações superficiais e alcançar a essência humana daqueles que estão em sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista USP**, n. 43, set./nov. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28481>. Acesso em: 16 out. 2023.

ALVES, A. C. G.; SANTOS, A. C. O desgaste mental docente no ensino superior público e a relação com a subjetividade. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7,

n.5, p. 44985-44999, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/29350>. Acesso em: out. de 2023.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.126, p.539-564, set/dez. 2005.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAUJO, T. M. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 25, n. 3, p. 745-768, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SVyyKwCpTcmR4CDskV3hSPN/abstract/?lang=pt> Acesso em: out. de 2023.

DUARTE, N. A ontologia do ser social e a pedagogia histórico-crítica. *In*: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Caderno Cedes**, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr.2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622004000100004. Acesso em: 16 out. 2023.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância**: a escuta entre Psicanálise e Educação. São Paulo: Contracorrente, 2020.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. *In*: NÓVOA, Antônio. (orgs.).

FACCI, M. G D. *et al.* Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. *In*: FACCI, M. G. D.; URT, S. C. (orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 101-136.

FERRAZZA, D. A. A **psiquiatrização da existência: dos manicômios à neuroquímica da subjetividade**. 2013. 140 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

FERREIRA, E. C.; PEZUK, J. A.. Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 26, n. 2, p. 483-502, maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/tyRLWxv9pLPf6RcBFxqmgDk/> / Acesso em: out. de 2023.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Pro-posições**, Campinas, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v30/0103-7307-pp-30-e20160143.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, maio/ago., 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2779-1452556088.pdf>. Acesso em out. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEITE, J.L. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 207-215, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/rTNwzBPvRFcBNchvNg6yczB/?lang=pt> Acesso em: out. de 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARINO FILHO, Armando. Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; CUNHA, Sônia da. **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e educação. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 73-104.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, Elenita de Rício; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1999.

ROCHA, Marisa Lopes. (org). **Psicologia e Educação**: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 35-69.

NEVES, A., et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In*: SAFATLE, V.; JUNIOR, S. N; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autentica, 2020, p. 129

NOBRE, Maria Bezerra; SOUSA, Terezinha Sirley Ribeiro. Pós-modernidade e alienação no trabalho docente. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n 8, 2020, p. 61027-61041.

PINTO, E. *et al*. A malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. **Trabalho (En) Cena**, v. 3, n. 2, p. 03-16, 2018.

PRATA-FERREIRA, P. A.; VASQUES-MENEZES, I. Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso?. **Psicologia em Estudo**, v. 26, p. 1-14, 12 nov. 2021. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/rq8V9xSpq5S8bhRp4rkdHqC/abstract/?lang=pt> Acesso em: out. de 2023.

SENA, B. A. C.; LIMA, A. I. O. Mental suffering and higher education teaching in nursing. **Psicologia e Saúde em Debate**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 241-255, 13 abr. 2021. Psicologia e Saude em Debate. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/735>. Acesso em: out. de 2023.

SILVA, A. A.; OLIVEIRA, V. M.; CARVALHO, E. A. R. Psiquiatralização da educação superior: regular as emoções para que atendam às exigências da produtividade acadêmica. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 12, p. 104307-104321, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/27775>. Acesso em: out. de 2023.

SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O.; RODRIGUES, A. M. S.; FELIX, E. G.; TEIXEIRA, L. R.; SANTOS, M. B. M.; MOURA, M.A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 11, p. 3667-3676, nov. 2017. Disponível em: <https://>

www.scielo.br/j/csc/a/xjgJxyZmM4S9tnjjCF6sBSP/abstract/?lang=pt Acesso em: out. de 2023.

TUNDIS, A. G. O.; MONTEIRO, J. K. College Education and Teacher Illness: a study at a public university. **Revista Psicologia da Educação**, [S.L.], v. 1, n. 46, p. 1-10, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327144400_College_Education_and_Teacher_Illness_A_study_at_a_public_university. Acesso em: out. de 2023.

YATEGASHI, Solange Franci Raimundo; BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T.; e ALVES, Irai Cristina Boccato. Docência e burnout: um estudo com professores do Ensino Fundamental. In: YATEGASHI, Solange Franci Raimundo e BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. **Psicologia e educação: conexão entre saberes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 189-210).